

Em relação às universidades públicas não ocorreram avanços relevantes, segundo o relator as Universidades não precisam de mais recursos financeiros e sim aprimorar seus instrumentos de gestão pública, isso mostra total desconhecimento da realidade dessas Universidades no estado. A Bancada do PT pleiteou manter os 9,57%, mas colocar a expressão “do total do produto” que significaria mais R\$ 300 milhões para as Universidades.

Nesse parecer o relator enaltece a transparência e publicidade quando o estado efetua estudos de viabilidade econômica quando ocorrem isenções e reduções de alíquotas de tributos estaduais, isso não é verdade, pois de 2008 a 2018 o governo isentou no ICMS em R\$ 131 bilhões e não mostraram com clareza quais foram os ganhos econômicos e sociais por essa isenção. Já na LDO para 2020 temos 23 setores receberam isenções, porém essas estão sob sigilo. Essa postura já sofreu uma série de recomendações do TCE, onde essa instituição pede mais clareza e publicidade ao executivo paulista em relação à isenção fiscal.

Ainda destaque que no orçamento do Estado para 2019 frente à LDO há uma subestimação das desonerações de ICMS e IPVA que chega a R\$ 6,1 bilhões. Em 11 anos (2008 a 2018) a Renúncia de ICMS prevista no orçamento foi de R\$ 90,4 bilhões e na LDO este valor chegou a 114,4 bilhões, já o valor efetivamente realizado de renúncia de ICMS foi de R\$ 131 bilhões. Desta forma o realizado foi R\$ 16,5 bilhões a maior que a previsão da LDO e R\$ 40,5 bilhões a mais que o previsto no Orçamento do Estado.

A renúncia de receita de ICMS, especialmente para os empresários, atinge especialmente a Educação e Saúde. Em 11 anos, a Educação perdeu R\$ 39,3 bilhões, sendo que deste valor foi R\$ 12,54 bilhões para as universidades, e de R\$ 15,7 bilhões para a saúde.

O governo João Dória prevê entre 2019 e 2022 a renúncia de receita de ICMS de R\$ 82,73 bilhões, sendo que se mantida esta previsão, a Educação perderá R\$ 24,8 bilhões, e dentro deste valor as universidades deixarão de receber R\$ 7,93 bilhões, e a Saúde perderá a quantia de R\$ 9,94 bilhões.

Destaca que não há um demonstrativo da renúncia de receita realizada do IPVA e emenda para corrigir esta falta de transparência não foi aceita pelo relator. A renúncia projetada do IPVA vem tendo um grande crescimento de 4,2% do total previsto para 15,1%. Em valores, em 2015 este valor era de R\$ 617 milhões e para 2020 este valor será de R\$ 3,36 bilhões, ou seja um crescimento de R\$ 2,75 bilhões ou 445%.

O governo vetou diversas emendas para evitar contingenciamento como na cultura, que foi promessa do atual governador, e criar um anexo com todas as despesas que não poderiam sofrer limitação de empenho

Não há nenhuma garantia da revisão salarial anual para os servidores públicos.

Falta de transparência sobre as emendas impositivas, em que não existe um sistema mostrando acompanhamento das mesmas, a bancada do Partido dos Trabalhadores pede esse acompanhamento via SIGEO ou site de Transparência do Governo do estado de São Paulo.

O executivo disponibilizou mais recursos para o IAMSPE, porém esses recursos não são equivalentes a parte que o tesouro teria que enviar para essa instituição, descumprindo a lei. Entre 1997 a 2018 o governo paulista deixou de aplicar de R\$ 9,3 bilhões no IAMSPE.

Falta de rubricas por secretarias para emendas parlamentares, pois grande parte dessas se concentra na Casa Civil. Evitar que as emendas impositivas percam este caráter.

As obras públicas que estão com irregularidades e paralisadas segundo o TCE SP deveriam compor a Lei Orçamentária Anual, pois isso seria uma maneira de conter gastos irregulares ou ter desperdício de recursos.

O relator não apresentou nenhuma garantia que no Projeto do orçamento para 2020 haja aplicação de 30% para educação e também não há um demonstrativo das receitas e despesas com previdência pública, para que se verifica com mais exatidão a aplicação destes valores na Educação e Saúde.

As diretrizes e metas do governo revelam um governo confunde participação social com negócios, torna o cidadão um mero receptor passivo de políticas públicas e não um ser com autonomia e capacidade para propor, debater e avaliar as políticas de Estado que emanam do uso dos tributos por este arrecadado, bem como dos convênios e transferências constitucionais advindos da União. Neste sentido, o governador João Dória tenta reproduzir na gestão pública critérios que bem podem ser aplicados no setor privado, em vez de observar na sua inteireza os mandamentos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal. Nada estranho, para um governo que tem, como primeiro projeto, a privatização de seis empresas públicas.

A propugnada descentralização, conferindo mais poderes aos municípios, e a redução das desigualdades regionais são objetivos importantes, mas esvaziados de diretrizes que orientem e persigam, prioritariamente, o desenvolvimento econômico no Estado tornam-se uma miragem. Já a ideia de eficiência dos gastos no uso dos recursos públicos está em verdade associada a uma pauta de “austeridade” que leva ao arrocho salarial, contração de investimentos sociais e redução de atividades do Estado, com extinção de órgãos, empresas e programas. O engugamento do Estado perseguido pelo PSDB desde 1995 não tem levando a uma gestão mais eficaz, sendo patente o desastre na educação pública de São Paulo, a lentidão de expansão do metrô e o descaço para com a universalização do saneamento básico, compromisso assumido em lei estadual de 2012, com prazo de cumprimento até 2021. Herdeiro das gestões anteriores do PSDB no Estado, João Dória redobra agora, com nova roupagem e verniz ideológico extremado, a aposta em um modelo essencialmente falido, porque antissocial.

O governo paulista ainda estabelece no projeto da LDO uma direttriz de combate à corrupção e ampliação da transparência. Não deixa de ser curioso que o faça ao mesmo tempo em que se desdobra na Assembleia Legislativa para evitar a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Dersa, imersa num mar de escândalos durante a gestão do operador de campanhas do PSDB Paulo Preto. Evita também investigar o cartel de empreiteiras na construção do metrô, envolvendo contratos de mais R\$ 45 bilhões, além da seção paulista da operação lava jato, envolvendo outros mais de R\$ 200 bilhões. O combate à corrupção deveria, no mínimo, vir acompanhado do aperfeiçoamento e fortalecimento dos mecanismos de controle do Estado para o combate à corrupção. Já a pretensa transparência do governo Dória, em que pese o seu ano inicial de governo, é bastante limitada e falha.

As razões acima elencadas justificam plenamente o posicionamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores contrário à aprovação do PL no 578 de 2019.

Sala das Sessões, em Beth Sáhão Líder da Bancada do PT

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. Item 4.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Declarar voto favorável às emendas da bancada do PSB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Item 4 - Demais emendas englobadamente. Em votação. Os deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Quero declarar voto favorável às emendas do PSOL, em nome da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto favorável.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Quero declarar voto favorável às emendas do Novo. Dizer que nós tentamos usar as nossas economias para direcionar para as áreas principais do estado.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Gostaria de registrar voto favorável às emendas da Rede Sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Está registrado.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Declarar voto favorável às emendas do PL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. O SR. ED THOMAS - PSB - Voto favorável às emendas englobadamente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para ratificar o voto, declarar o voto a todas as nossas emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado. O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Para votar favoravelmente às emendas do PSB.

Havendo acordo de líderes, pedir a prorrogação da sessão por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Coloco em votação a prorrogação dos nossos trabalhos por mais 15 minutos. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Só para registrar voto favorável às emendas do PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto do deputado Gil.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Saber de V. Exa. qual a programação de votação pós LDO, se nós teremos uma extraordinária para votação de projetos de interesse da Mesa ou se nós votarmos a LDO estaremos encerrando os trabalhos de hoje?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Camarinha, neste momento vamos suspender os nossos trabalhos, fazer um congresso de comissões para votação do projeto dos servidores públicos da Casa, redação final e entraremos na primeira extraordinária, projeto dos servidores e redação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Uma extraordinária é suficiente para resolver tudo isso.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, eu gostaria de pedir a suspensão dos nossos trabalhos por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questiono os líderes em plenário se existe acordo de lideranças. (Pausa.) Havendo acordo de lideranças, antes, porém, convocação.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 19 horas e 55 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar a redação final do Projeto de lei no 578, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da última convocação, com a finalidade de apreciar o seguinte projeto de lei: Projeto de lei Complementar no 49, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, parágrafo quinto, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término da anterior, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de dar redação final ao Projeto de lei no 548, de 2016, e ao Projeto de lei no 353, de 2019.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, dizer que nós temos votação agora, a partir do congresso de comissões, do projeto dos funcionários da Assembleia. E não há acordo. Vai haver verificação de presença no projeto. Então, nós estamos pedindo aos deputados que fiquem, para quem for favorável que fique, para que a gente possa aprovar o PDL do aumento dos servidores.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando: é bom ratificar que aqueles deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários... Haverá verificação já anunciada anteriormente pelo deputado Heni, combinada no Colégio de Líderes. Estão suspensos os nossos trabalhos por 20 minutos.

\* \* \* - Suspensa às 19 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 08 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris. \* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 49, de 2019; e a redação final ao Projeto de lei nº 578, de 2019.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Questiono os líderes, se existe acordo para o levantamento da presente sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se, hoje, 10 minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão. \* \* \*

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 09 minutos. \* \* \*

## 26 DE JUNHO DE 2019 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

### RESUMO

ORDEM DO DIA  
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 49/19, salvo emenda.  
2 - HENI OZI CUKIER  
Solicita verificação de votação.  
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.  
4 - CARLOS GIANNAZI  
Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.  
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra a manifestação.

6 - GILMACI SANTOS  
Para questão de ordem, indaga a respeito do número de votos necessários para aprovar o PLC 49/19.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Presta esclarecimentos ao deputado Gilmaci Santos.

8 - ROQUE BARBIERE  
Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

9 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR  
Declara obstrução do PRB ao processo de votação.

10 - TEONILIO BARBA LULA  
Declara obstrução do PT ao processo de votação.

11 - GIL DINIZ  
Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

12 - MARCIO DA FARMÁCIA  
Declara obstrução do Pode ao processo de votação.

13 - ROGÉRIO NOGUEIRA  
Declara obstrução do DEM ao processo de votação.

14 - DELEGADO OLIM  
Declara obstrução do PP ao processo de votação.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra as manifestações.

16 - BARROS MUNHOZ  
Para comunicação, faz apelo para que se retire o pedido de verificação de votação. Destaca a autonomia do Poder Legislativo.

17 - VINÍCIUS CAMARINHA  
Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

18 - SARGENTO NERI  
Declara obstrução do Avante ao processo de votação.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra as manifestações.

20 - SARGENTO NERI  
Para comunicação, concorda com o pronunciamento do deputado Barros Munhoz.

21 - FERNANDO CURY  
Declara obstrução do PPS ao processo de votação.

22 - ITAMAR BORGES  
Declara obstrução do MDB ao processo de votação.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PLC 49/19, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda ao projeto. Encerra a discussão e coloca em votação a redação final do PL 578/19.

24 - CARLOS GIANNAZI  
Encaminha a votação da redação final do PL 578/19, em nome do PSOL.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Coloca em votação e declara aprovada a redação final do PL 578/19.

26 - TEONILIO BARBA LULA  
Declara voto contrário à redação final do PL 578/19, em nome do PT.

27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra a manifestação. Tece comentários acerca do período de recesso parlamentar.

28 - CARLÃO PIGNATARI  
Para comunicação, agradece a todos os seus pares pelos trabalhos deste semestre.

29 - CARLOS GIANNAZI  
Declara voto contrário à redação final do PL 578/19, em nome do PSOL.

30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Registra a manifestação.

31 - ALEX DE MADUREIRA  
Para comunicação, agradece a seus pares pela oportunidade de ser relator do PL 578/19.

32 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS  
Encerra a sessão. \* \* \*

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris. \* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia. \* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 1 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar 49/2019. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em Votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas, e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Heni.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Querida pedir uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Quero declarar obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSOL está em obstrução.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Gilmaci.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Para uma Questão de Ordem. Uma dúvida, Sr. Presidente, nós estamos votando o PLC.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PLC 49/2019.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - E para ser aprovado nós precisamos de...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Como é um projeto de lei complementar, 48 votos “sim”.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Quarenta e oito votos “sim”. Não é somente para efeito de quórum; 48 votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é votação de maioria simples. É quórum qualificado de 48 votos “sim”.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Roque Barbieri.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Para colocar o PTB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PTB está em obstrução.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, Jorge Wilson Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PRB - Para colocar o PRB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PRB está em obstrução.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para colocar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PT está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Para colocar o PSL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL está em obstrução.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Marcio da Farmácia.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Querida colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Rogério Nogueira.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Para colocar o DEM em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O DEM está em obstrução.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Para colocar o Progressista em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Progressista está em obstrução.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de fazer um apelo aos companheiros que estão pedindo verificação de votação, para que reponderem essa situação, porque nós vamos querer que o que está bom fique ruim. Quer dizer, o Judiciário tem aumento, tem reajuste, e o Poder Legislativo não vai ter porque os demais servidores não estão tendo.

Acho que é uma questão de afirmação. Estamos defendendo tanto, toda hora a autonomia do Legislativo, que o Legislativo se dobra. E daqui a pouco nós vamos nos vergar e fazer o que é pior. Quer dizer, é a política do pior é melhor? Porque não é bom para ninguém esse projeto. Ou nós vamos pegar o dinheiro que vai sobrar no fim do ano e vamos devolver para o Executivo?

Então, Sr. Presidente, peço desculpas até por essa interferência, mas faço esse apelo. Se nós tivéssemos o poder de melhorar para todo mundo, é óbvio que nós iam quer quer melhorar. Mas não é que nós não podemos fazer com os outros que nós não vamos fazer. Exatamente; o Executivo que tem que mandar. Agora, aqui na nossa Casa somos nós. O projeto é da Mesa. A Mesa foi eleita por nós; nós acreditamos na Mesa. E, aliás, cada dia mais acreditamos na Mesa.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Vinicius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Para requerer o PSB e o Avante em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB está em obstrução. O Avante é necessário que o líder do Avante, deputado Sargento Neri faça a solicitação para entrar em obstrução.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Eu vou fazer uma procu- ração para o Vinicius.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nem com pro- curação ele não pode falar pelo Avante.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Para colocar o Avante em obstrução e aproveitando para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está em obstrução o Avante. Bem breve, bem curta, porque nós vamos iniciar o processo de votação.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - PARA COMUNICAÇÃO - Eu acho que o deputado Barros Munhoz está certo. Eu venho lutando incansavelmente pelo aumento salarial da corporação, mas não podemos também deixar outras classes como aqui os funcionários da Assembleia, que provavelmente estão até essa hora trabalhando. Então, nós precisamos prestigiar eles também. Então, peço a todos que reconsiderem aí e realmente façam um trabalho para esta Casa Legislativa, para os seus funcionários. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Fernando Cury.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Para colocar o PPS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PPS está em obstrução.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - Colocar o MDB em obstru- ção, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O MDB está em obstrução. Nós estamos em votação nos terminais eletrôni- cos neste momento.

Neste momento vamos abrir os microfones de aparte para aqueles parlamentares que não conseguiram registrar o seu voto pelo terminal eletrônico.